

6. EMPREITADA “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES – CPE.27.21.DMOSM” - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a prorrogação do prazo da empreitada CPE.27.21.DMOSM “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES”, por um período de 55 dias, sem a aplicação de sanções pecuniárias, tudo de acordo com a fundamentação e documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: I - 17399

Data: 01/03/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES - Proposta de aprovação da prorrogação de prazo

PROPOSTA: Propõe-se a aprovação da prorrogação de prazo da empreitada por um período de 55 dias, prevendo-se o seu término até 15/05/2023, com base na fundamentação e nos termos constantes da informação do gestor do contrato.

A Chefe de Divisão



Município de Braga

Divisão de Fiscalização de Empreitadas DMOSM-DOM
Praça do Município
4700-435 Braga

N/Ref.ª: DP/RS/002/23

V/Ref.ª:

Data: 07/02/2023

Obs.:

Assunto: Obra “Pavimentação da Rua de S. Martinho de Tibães” - **Pedido de Prorrogação de Prazo**

Exmos. Senhores,

No âmbito da execução do contrato de empreitada supra identificado, a José Moreira Fernandes & Filhos, S.A., na qualidade de Empreiteiro, vem requerer a V. Ex.as a prorrogação do prazo da empreitada, por mais 70 dias, nos termos do art. 314.º, n.º 2 do CCP, tendo em consideração que, em fase de execução do contrato, ocorreu uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, que impedem o cumprimento do prazo contratual em vigor.

Na verdade, os trabalhos da empreitada foram fortemente impactados pelos níveis anormais pluviosidade que se manifestaram nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023 no local da obra (Cfr. os Boletins Climatéricos correspondentes, em anexo). Com efeito, as equipas afetas às atividades de abertura de valas e pavimentações viram-se forçadas a interromper, por diversas vezes, esses trabalhos, devido à falta de condições para a realização desses trabalhos provocada pela anormal e intensa pluviosidade verificada nesse período. Situação que despoletou quebras acentuadas na produção, sobretudo nos (vários) dias em que as condições climatéricas adversas obrigaram à paralisação total dos trabalhos.

Sede:

Avenida João XXI, nº 1965 - Apt. 6040,
4770-754 Vermoim, V.N. Famalicão
geral@jmfesa.pt | www.jmfesa.pt
+ 351 252 920 200

Centro de Produção de Airão:

4805-635 Guimarães
cpfamalicao@jmfesa.pt
+ 351 252 996 053





Em virtude das condições climatéricas adversas e da anormal intensidade de pluviosidade já referidas, os trabalhos relativos à linha de água para execução do pontão foram completamente comprometidos perante a falta de condições para a sua execução, a qual obrigou o Empreiteiro a interromper estes trabalhos até que o nível freático regressasse a níveis normais e aceitáveis para a retoma dos trabalhos. Sendo certo que, os mesmos só puderam ser retomados na semana 5 e, mesmo assim, com grande dificuldade, pelo facto de os terrenos estarem completamente saturados/encharcados de água, provocando o enterramento dos equipamentos.

As condições climatéricas adversas anteriormente referenciadas constituem circunstâncias imprevisíveis e anormais no âmbito do contrato, pelo que o conseqüente impacto na execução da empreitada não poderá ser imputável ao Empreiteiro.

Efetuada avaliação desse impacto, tendo em consideração, por um lado, os condicionamentos verificados nas atividades diretamente afetadas pelas condições climatéricas adversas, com intensa e anormal pluviosidade, e, por outro lado, as consequências daí advenientes para os trabalhos que se encontram em relação de dependência, estima-se que o mesmo se concretize em 70 dias de atraso no Plano de Trabalhos.

As situações acima descritas que provocaram interrupções na execução das atividades da empreitada foram prontamente reportadas e debatidas em sede de reuniões de obra, pelo que já eram do conhecimento do Dono de Obra, impondo-se a prorrogação do prazo de execução da empreitada, tendo ainda em conta o tempo previsto para a execução dos trabalhos que se encontram numa relação de dependência com as atividades supra identificadas.

Assim, e na sequência de avaliação do impacto das condições meteorológicas adversas para a execução da empreitada de acordo com o Plano de Trabalhos, revela-se adequada e necessária a prorrogação do prazo por mais 70 dias.

Nos termos do disposto no artigo 314.º/2 do CCP, a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias confere ao cocontratante o direito à modificação do contrato. No caso presente, considera-se necessária e equitativa a prorrogação do prazo requerida, modificando-se o contrato, e adequando-o às circunstâncias existentes.

Sede:

Avenida João XXI, nº 1965 - Apt. 6040,
4770-754 Vermoim, V.N. Famalicão
geral@jmfesa.pt | www.jmfesa.pt
+ 351 252 920 200

Centro de Produção de Airão:

4805-635 Guimarães
cpfamalicao@jmfesa.pt
+ 351 252 996 053





Para o efeito, remetemos, em anexo, os correspondentes, plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e de equipamentos e plano de pagamentos, cuja aprovação se requer.

O prazo que agora se propõe à aprovação de V. Ex.as pressupõe a verificação contínua de todas as condições necessárias à execução integral dos trabalhos em falta.

Gratos pela Vossa melhor compreensão e certos de que atenderão às nossas razões, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Com os melhores cumprimentos,

Sede:

Avenida João XXI, nº 1965 - Apt. 6040,
4770-754 Vermoim, V.N. Famalicão
geral@jmfsa.pt | www.jmfsa.pt
+ 351 252 920 200

Centro de Produção de Airão:

4805-635 Guimarães
cpfamalicao@jmfsa.pt
+ 351 252 996 053



Processo Obra: 2018/300.10.001/467

Requerente: JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.

EMPREITADA: CPE.27.21.DMOSM "PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES"

Prazo: 150 + 21 + 30 dias

Consignação: 01/09/2022

Aprovação P.S.S.: 01/09/2022

Data prevista para a conclusão dos trabalhos: 21/03/2023

Informação: 03 de 28/02/2023

Assunto: Resposta ao segundo pedido de prorrogação de prazo – "CC432 | Pavimentação da Rua de S. Martinho de Tibães | Pedido de Prorrogação de Prazo; ref.ª DP/RS/002/23"

Registo de entrada do pedido: 11.385 de 17.02.2023

Informação:

No cumprimento de despacho superior, para analisar e informar o pedido de prorrogação de prazo por 70 dias, da empreitada em assunto, e que a entidade executante apresentou através do doc. de entrada n.º 11.385 de 17.02.2023, sou a informar o seguinte:

1 – A **Entidade Executante** (EE) vem requerer a prorrogação do prazo da empreitada, por um período de 70 dias, nos termos do art.º 314.º, n.º 2 do CCP, tendo em consideração que, *"em fase de execução do contrato, ocorreu uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, que impedem o cumprimento do prazo contratual em vigor"*. Esta alteração resulta do facto de alegarem que os trabalhos na empreitada foram fortemente impactados pelos níveis anormais de pluviosidade que se fizeram sentir nos meses de novembro e dezembro de 2022 e de janeiro de 2023.

"Com efeito, as equipas afetas às atividades de abertura de valas e pavimentações viram-se forçadas a interromper, por diversas vezes, esses trabalhos, devido à falta de condições para a realização desses trabalhos provocada pela anormal e intensa pluviosidade verificada nesse período. Situação que despoletou quebras acentuadas na produção, sobretudo nos (vários) dias em que as condições climáticas adversas obrigaram à paralisação total dos trabalhos.

Em virtude das condições climáticas adversas e da anormal intensidade de pluviosidade já referidas, os trabalhos relativos à linha de água para execução do pontão foram completamente comprometidos perante a falta de condições para a sua execução, a qual obrigou o Empreiteiro a

interromper estes trabalhos até que o nível freático regressasse a níveis normais e aceitáveis para a retoma dos trabalhos. Sendo certo que, os mesmos só puderam ser retomados na semana 5 e, mesmo assim, com grande dificuldade, pelo facto de os terrenos estarem completamente saturados/encharcados de água, provocando o enterramento dos equipamentos."

De facto, durante grande parte do período compreendido entre o fim de outubro de 2022 até finais de janeiro de 2023, os trabalhos, na sua generalidade, foram bastante condicionados pela ocorrência de chuvas (por vezes fortes). Este facto teve especial relevância nos trabalhos que implicam diretamente com a passagem sobre o Rio Torto. O desenvolvimento destes trabalhos foi impossibilitado pela subida do caudal deste curso de água, com a agravante dos terrenos contíguos terem ficado completamente alagados.

A fiscalização nunca poderia aceitar o desenvolvimento dos trabalhos em questão, nessas condições inadequadas, sob pena de daí advirem graves prejuízos para o município na resolução de futuras - e muito previsíveis - patologias.

2 – O termo da empreitada, se o pedido de prorrogação fosse deferido na íntegra, estaria previsto para dia **30/05/2023**.

Perante o exposto, pelo motivo apontado acima, não sendo este da responsabilidade do dono de obra nem do cocontratante, sou de parecer que o pedido de prorrogação de prazo tem fundamento. No entanto, e tendo em conta a análise do plano de trabalhos em vigor, mesmo considerando que há trabalhos que não foram executados pela ordem prevista, considera-se que uma prorrogação de **55 dias** espelha de forma mais adequada a realidade da empreitada em função dos trabalhos que não puderam ser executados por falta de condições meteorológicas.

3 - Assim sendo, proponho que esta prorrogação, com a duração de **55 dias**, seja concedida sem lugar à aplicação de sanções pecuniárias, de forma a que estas não constituam uma dificuldade adicional ao objetivo primordial - a obtenção do resultado contratual.

O termo da empreitada, se esta prorrogação for deferida na íntegra, estará previsto para dia **15/05/2023**.

Deverá ainda a Entidade Executante submeter à nossa apreciação um novo Plano de Trabalhos devidamente adaptado ao prazo de prorrogação que lhe possa ser concedido.

À consideração superior.

O gestor do contrato